

Estatutos do Banco da Bahia

TITULO I

DO BANCO, SUA DURAÇÃO, SEU CAPITAL, E FINS A QUE SE PROPÕE

Art. 1.º A sociedade anonyma, de credito mercantil e agricola denominada Banco da Bahia, com sêde na cidade de S. Salvador, se reorganisa e passa a reger-se de accordo com as disposições constantes destes estatutos.

Art. 2.º A sociedade durará 20 annos.

Art. 3.º O capital do Banco é de seis mil contos de réis (6.000:000\$), divididos em trinta mil acções (30.000) de duzentos mil réis (200\$) cada uma. Este capital é formado da importancia de cinco mil contos de réis (5.000:000\$), representados por 25.000 acções que constituem a parte realisada do capital da sociedade que ora se reorganisa, e da importancia de mil contos de réis (1.000:000\$), valor de 5.000 acções que serão subscriptas.

Paragrapho unico. A primeira prestação para realização desta ultima quantia será de 10 % effectuada dentro de 15 dias depois de findo o prazo marcado para a subscrição das acções ;

as outras prestações serão de 15 %, cada uma dellas com o intervallo de 30 a 60 dias. Poderá, porém, o accionista pagar, si quizer, todas as prestações de uma só vez.

Art. 4.º O accionista que deixar de fazer qualquer das prestações nos prazos estabelecidos, será multado em benefício do Banco em 10 % da importancia retardada, e, decorrido outro prazo igual, em mais 20 %. Si findo este ultimo prazo, a prestação retardada e a importancia das multas não tiverem sido realizadas, perderá o accionista o direito ás quantias com que houver anteriormente concorrido, as quaes reverterão em benefício do fundo de reserva, e as respectivas acções ficarão prescriptas em favor do Banco, que de novo as emitirá.

Art. 5.º O Banco da Bahia propõe-se a effectuar as operações seguintes :

§ 1.º Descontar letras e quaesquer outros titulos do governo geral, provincial e municipal; letras de cambio e da terra, e outros titulos commerciaes á ordem, estando assignados ao menos por duas pessoas acreditadas, das quaes uma deverá ser residente na capital.

§ 2.º Empréstar, sob penhor de pedras ou metaes preciosos, apolices da divida publica, geral, provincial ou municipal, acções de companhias e empresas que tenham cotação na praça, mercadorias que não sejam de facil deterioração, depositadas na Alfandega ou nos trapiches alfandegados, e mercadorias em viagem, á vista do conhecimento, cartas de ordem, factura e apolice de seguro, guardando-se a precisa margem conforme as cotações.

Numero unico. Poderá tambem o Banco celebrar contractos de penhor agricola, emprestando sob a garantia de productos da lavoura, quer pendentes, quer já colhidos e manufacturados, de machinas, animaes, instrumentos e quaesquer accessorios agromonicos, nos termos da legislação em vigor. Taes empréstimos serão feitos pelo prazo de um a tres annos, e poderão ser celebrados por escripto particular, assignado pelo devedor e duas testemunhas, com as firmas reconhecidas e devidamente registado.

Nestas operações o Banco poderá empregar até 25 % de seu capital.

§ 3.º Empréstar sob garantia de hyptheca de immoveis urbanos e ruraes.

§ 4.º Receber, em conta corrente, as sommas que lhe forem entregues por particulares, estabelecimentos publicos, bancarios, empresas e associações. No caso de corrida dos depositantes ao escriptorio do Banco para levantamento immediato de taes sommas, poderá o Banco, si julgar conveniente, effectuar o pagamento por meio de letras, divididas em seis series, cada uma das quaes será resgatada de quinze em quinze dias, a contar da data da exigencia. Estas letras vencerão o mesmo juro que as quantias depositadas.

§ 5.º Abrir creditos por meio de contas correntes a pessoas conceituadas e as que derem garantia sufficiente com penhores, caução ou fiança e termo assignado e especificado.

§ 6.º Comprar, vender e subscrever, por conta própria ou de terceiro, mediante comissão, metaes e pedras preciosas, títulos da dívida publica, geral, provincial e municipal, letras hypothecarias, acções e obrigações (*debentures*) de empresas mercantis, e em geral quaesquer valores industriaes e commerciaes.

§ 7.º Negociar dentro ou fóra da provincia empréstimos do governo geral, provincial ou da municipalidade, de empresas agricolas, industriaes ou commerciaes; encarregar-se da criação de novos bancos, da organização de companhias e outras associações, que offereçam garantias e sejam de utilidade publica.

§ 8.º Realizar movimento de fundos proprios ou alheios, de umas para outras provincias ou para fóra do Imperio, e fazer operações de cambio por conta própria ou de outrem.

§ 9.º Incumbir-se, mediante comissão, da guarda de quaesquer títulos ou valores, de receber dividendos e rendimentos, e de arrecadar heranças.

§ 10. Tomar dinheiro a premio, como e quando convier, sendo as letras assignadas por dous directores.

Art. 6.º Sómente serão admittidos a desconto os títulos que tiverem prazo fixo do vencimento, nunca excedente de seis mezes, devendo conter a declaração de serem pagaveis nesta cidade ou nas sédes de agencias do Banco, quando sejam passados ou aceitos fóra dellas.

Art. 7.º Não serão descontadas as letras e outros títulos aceitos, passados ou endossados por qualquer director ou por firma social de que o mesmo faça parte.

Não se comprehendem nesta prohibição os empréstimos sob caução de apolices da dívida publica e acções de companhias que tenham cotação na praça, nem os descontos de títulos a prazos curtos passados ou aceitos pelas thesourarias geral e provincial, pelo Thesouro Nacional e pelos estabelecimentos bancarios do paiz.

Art. 8.º Poderá o Banco, si entender conveniente ao melhor desempenho das multiplas operações a que é destinado e ao mais amplo desenvolvimento do credito mercantil, industrial e agricola, a juizo da direcção, solicitar do governo imperial a approvação destes estatutos e autorisação para emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em moeda corrente do Imperio, sendo a emissão garantida por apolices da dívida publica interna fundada ou por capital em ouro, nos termos do decreto n. 3403 de 24 de novembro de 1888 e respectivo regulamento, e com as obrigações ahi impostas.

§ 1.º No caso em que o governo autorise a emissão de que trata este artigo, será convertida em ouro ou em apolices da dívida publica interna de capital e juros em ouro, á escolha da direcção, a quinta parte das quantias que no fim de cada semestre forem destinadas a formar o fundo de reserva, conforme está disposto no Tit. VI.

§ 2.º As notas do Banco actualmente em circulação passarão a ser convertiveis em ouro, computando-se para a somma, que o Banco tiver de emittir sobre base metallica.

TITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 9.º O Banco será administrado por um conselho de direcção, composto de cinco membros, eleitos pela assembléa geral, em escrutínio secreto e por maioria de votos. Cada lista conterá tantos nomes quantas forem as vagas a preencher. Em caso de empate a sorte decidirá.

Art. 10. Haverá supplentes, em numero de cinco, eleitos annualmente pela assembléa, para o fim de substituirem os directores. A eleição será, tambem, por escrutínio e por maioria de votos. No caso de empate, proceder-se-ha de accordo com o estabelecido no artigo antecedente.

§ 1.º Para substituir o director que faltar por mais de 30 dias será convidado o supplente mais votado, e, na falta ou impedimento deste, seus immediatos. Esgotada a lista dos supplentes, recorrer-se-ha aos que lhes seguirem em votos. Na falta destes, o presidente da direcção nomeará qualquer accionista dentre os que possuirem mais de 25 acções.

§ 2.º Na hypothese de fallecimento de qualquer director ou de renuncia do cargo ou, ainda, de deixar de exercel-o por mais de seis mezes sem estar em serviço do Banco ou impossibilitado por molestia grave (o que tambem importará renuncia), proceder-se-ha conforme o disposto no paragrapho antecedente, até que na 1.ª reunião da assembléa geral seja eleito o substituto, que deverá preencher o tempo do substituido.

Art. 11. Não poderão ser eleitos directores, nem fazer parte do conselho de direcção : os impedidos de commerciar conforme as disposições do Código do Commercio ; os devedores, quer do Banco quer de terceiro, sobre cujos bens haja penhora em razão dessas dividas. Sendo qualquer destes eleito, será considerada nulla, quanto a este sómente, a eleição, e far-se-ha nova para preencher a falta ou faltas.

§ 1.º Não poderão conjuntamente fazer parte do conselho de direcção: o sogro e o genro ; até ao segundo grão, os parentes consanguíneos os cunhados durante o cunhadio ; os socios da mesma firma commercial ;

§ 2.º Não poderão accumular as funcções de directores do Banco os gerentes, directores e membros do conselho fiscal de outros estabelecimentos bancarios.

Art. 12. Cada director, ou supplente que for chamado a servir na falta de algum director, depositará no Banco, antes de entrar em exercicio, como caução aos actos de sua gerencia, 50 acções, suas ou de outrem, as quaes serão inalienaveis durante o seu exercicio e ainda depois, enquanto a assembléa geral não approvar as contas da administração do mesmo director ou supplente. Não sendo prestada a caução dentro de 30 dias, ficará entendido que o nomeado não accitou a nomeação.

Art. 13. O mandato de cada director durará cinco annos, findos os quaes poderá ser reeleito.

Art. 14. O conselho de direcção terá, a título de remuneração pelo seu trabalho, 5 % dos lucros realizados em cada semestre. Esta quota será dividida em seis partes iguaes, duas das quaes pertencerão ao presidente por ser permanente.

Art. 15. O conselho de direcção elegerá annualmente, dentre seus membros, na primeira sessão que realizar depois da reunião ordinaria da assembléa geral, um presidente, um vice-presidente, para substituir o presidente, e um secretario, os quaes poderão ser reeleitos.

Ao secretario compete: lavrar as actas das sessões do conselho de direcção ou fazel-as escrever sob sua immediata inspecção; dirigir e examinar toda a escripturação e contabilidade do estabelecimento; substituir o vice-presidente em suas faltas.

O secretario, em seus impedimentos, será substituido pelo director que o presidente designar.

Paragrapho unico. Quando se der alguma das substituições de que trata este artigo, e o lugar substituido vier a vagar por se ter realizado alguma das hypotheses previstas no art. 10, § 2º, então o director que estiver preenchendo o cargo continuará no exercicio d'elle, até que se tenha de proceder, entre os membros do conselho de direcção, á eleição do presidente, vice-presidente e secretario, como dito está, sem prejuizo da eleição que para o lugar vago de director será feita pela assembléa geral, conforme está disposto no mesmo art. 10, § 2º.

Art. 16. Nos negocios ordinarios e previstos o conselho de direcção será representado por tres de seus membros, inclusive o presidente.

A esta commissão incumbe: o serviço semanal, alternando-se nelle os directores conforme estabelecerem na sessão em que tiver lugar a eleição de que trata o artigo antecedente; executar todas as decisões do conselho, de que é representante; realizar as transacções que constituem as operações do Banco.

Esta commissão reunir-se-ha todos os dias uteis no escriptorio do Banco, durante as horas destinadas ao serviço.

Art. 17. O conselho de direcção pleno reunir-se-ha uma vez em cada semana, e extraordinariamente sempre que for convocado.

E' de sua competencia:

a) Regular a applicação dos fundos disponiveis e determinar as quantias que poderão ser empregadas em descontos, empréstimos e quaesquer outras operações;

b) Fixar a taxa dos descontos e empréstimos, bem como o premio dos dinheiros que receber a juros e o das transacções em conta corrente ou de quaesquer outras operações;

c) Resolver sobre qualquer proposta para abertura de creditos;

d) Deliberar sobre a conveniencia de fazer compra ou venda de metaes, movimento de fundos por conta do Banco, operações de cambio e tomada de dinheiro a premio;

e) Decidir acerca de qualquer proposta para moratoria, concordata ou quitação excepcional;

f) Criar e supprimir empregos, nomear e demittir empregados, marcar suas attribuições e seus vencimentos;

g) Fixar o dividendo que deverá ser distribuído semestralmente ;

h) Organizar o balanço e o relatório da administração, que deverão ser apresentados anualmente à assembleia geral dos accionistas ;

i) Representar o Banco em juizo, podendo para este fim constituir procuradores ;

j) Convocar a assembleia geral.

As decisões serão tomadas por maioria de votos e de cada sessão se lavrará a respectiva acta.

Art. 18. Ao presidente da direcção compete :

a) Examinar e inspecionar diariamente todos os ramos do serviço do Banco e fazer executar fielmente estes estatutos e todas as decisões da directoria e da assembleia geral ;

b) Assignar juntamente com outro director as acções representativas do capital do Banco ;

c) Presidir as sessões da direcção e convocar sessões extraordinarias quando julgar conveniente ou quando lhe for requerido por qualquer dos outros directores ;

d) Assignar a correspondencia official do Banco, bem como, com outro director, as letras e outros titulos de responsabilidade do estabelecimento ;

e) Apresentar ao conselho de direcção, afim de ser por elle examinado, approved e assignado, o relatório annual das operações e do estado do Banco ;

f) Substituir por um dos directores, á sua escolha, o director de semana que não comparecer ;

g) Admoestar e mesmo suspender correccionalmente os empregados do Banco quando faltarem ao cumprimento de seus deveres.

Art. 19. Os directores serão responsaveis pelas perdas e danos que causarem ao estabelecimento provenientes de fraude, dolo, malicia ou negligencia culpavel, nos termos da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

§ 1.º Sómente por deliberação da assembleia geral, sobre parecer do conselho fiscal, poderá ser intentada acção judicial contra qualquer director, nos casos de que trata este artigo, cabendo á assembleia nomear o mandatario que a terá de representar em juizo.

§ 2.º Logo que for tomada essa deliberação pela assembleia, ficarão demittidos os directores sobre quem a acção tiver de recahir, e, si forem todos, pelo presidente da assembleia serão convocados os supplentes respectivos, devendo-se proceder a nova eleição nos termos do art. 10, § 2.º

TITULO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 20. Haverá uma commissão permanente, composta de tres fiscaes, encarregados de inspecionar todas as operações do

Banco. Esta commissão será eleita annualmente pela assembléa geral em sua sessão ordinaria, por escrutinio secreto e por maioria de votos, observando-se a este respeito o que está estabelecido no art. 9.º para a eleição do conselho de direcção. Os tiscas poderão ser reeleitos.

Paragrapho unico. Os membros do conselho fiscal terão como supplentes os que lhes seguirem em votos, e, no caso de igualdade na votação, serão preferidos os que possuirem maior numero de acções.

Art. 21. Ao conselho fiscal compete :

§ 1.º No trimestre que preceder á reunião ordinaria da assembléa geral, examinar os livros e documentos, verificar o estado da caixa, afim de formular e apresentar á mesma assembléa o seu parecer ácerca das operações do Banco, do balanço e contas dos administradores.

§ 2.º Convocar a assembléa geral dos accionistas sempre que occorrerem motivos graves e urgentes, ou quando esta convocação for requerida por sete ou mais accionistas que representem, pelo menos, a quinta parte do capital do Banco, e que anteriormente tenham dirigido igual solicitação ao conselho de direcção sem serem por este deferidos.

Art. 22. Os membros do conselho fiscal não poderão ser banqueiros, nem directores de estabelecimentos bancarios.

TITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 23. Haverá todos os annos, no mez de fevereiro, uma reunião ordinaria da assembléa geral dos accionistas do Banco, a qual será convocada por meio de annuncios com antecedencia de 15 dias e com designação de logar e hora. Esta reunião será especialmente destinada a exame e deliberação ácerca do inventario, balanço e contas da administração, precedidos da leitura do parecer do conselho fiscal. Depois tratar-se-ha da eleição de um ou mais directores, conforme for necessario, e, em seguida, da dos membros daquelle conselho. Todavia nesta reunião poderão ser tratados outros assumptos e tomadas quaesquer deliberações no interesse do Banco.

Art. 24. A assembléa geral estará constituida e poderá validamente deliberar quando achar-se presente um numero de accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital do Banco.

Paragrapho unico. Si no dia e logar designados não comparecerem accionistas em numero sufficiente, ficará adiada a assembléa para 15 dias depois, o que far-se-ha constar por meio de annuncios nos jornaes, declarando-se nelles que, nesta segunda reunião, a assembléa deliberará qualquer que seja o numero dos accionistas que se apresentarem.

Art. 25. Poderá a assembléa geral dos accionistas ser convocada extraordinariamente sempre que a direcção ou o con-

selho fiscal julgar indispensavel ou for requerido por sete ou mais accionistas que representem, pelo menos, a quinta parte do capital do Banco.

Esta convocação será feita com intervallo de 10 dias, por meio de annuncios na imprensa, repetidos até ao dia da reunião, nos quaes se declarará os motivos da convocação. Si no dia e logar apzados não comparecerem socios em numero sufficiente para que possam funcionar, proceder-se-ha na fórma indicada no paragrapho unico do artigo antecedente, menos quanto ao prazo, que será sempre de 10 dias.

Art. 26. A assemblea que tiver de resolver acerca da liquidação do Banco, sua dissolução antes do prazo marcado ou continuação depois d'elle, reforma de estatutos e augmento do capital, precisa, para validamente deliberar, da presença de accionistas que representem, no minimo, dous terços do capital social.

Não estando representado esse capital no dia e logar annuncidos, serão os accionistas convidados segunda e terceira vez, com a declaração, nesta ultima, de que a assemblea deliberará seja qual for o capital representado.

Art. 27. A assemblea geral do Banco representa a universidade de seus accionistas, porém só farão parte effectiva da mesma os accionistas de 10 ou mais acções.

§ 1.º Os accionistas de menos de 10 acções terão direito de assistir ás reuniões, de pedir explicações e expor suas opiniões, mas não gozarão da faculdade de votar.

§ 2.º Os possuidores de 10 acções terão um voto, os de mais de 10 acções terão tantos votos quantas vezes 20 acções de mais possuirem ou representarem, comtanto que nenhum tenha mais de 10 votos em hypothese alguma.

§ 3.º A aquisição das acções, para que deem direito a votar nas assembleas, deverá ser anterior á reunião, pelo menos, tres mezes, salvo o caso de as haver obtido o accionista por titulo de dote ou successão, porque então nada influirá a data da aquisição.

Art. 28. Os accionistas poderão fazer-se representar por procuração, comtanto que o mandatario não seja director ou membro do conselho fiscal.

O filho-familia será representado pelo pae, o menor tutelado, o orphão e o interdicto pelo respectivo tutor ou curador, a mulher pelo marido durante a união conjugal, o casal indiviso pelo inventariante, a casa pia, irmandade ou confraria pelo respectivo mesario, as firmas sociaes por um dos socios, as sociedades anonymas por um dos directores.

Paragrapho unico. E' licito a qualquer, accionista ou não, aceitar uma ou mais procurações, porém o mandatario, em caso nenhum, terá direito a mais de 10 votos, inclusive aquelles que lhe possam pertencer na qualidade de accionista.

Art. 29. Nas eleições a votação será por escrutinio; tratando-se de deliberar sobre outro qualquer assumpto, a votação será symbolica, salvo, neste ultimo caso, resolução em contrario da assemblea geral.

Paraphrasso unico. Não poderão votar : a direcção do Banco para approvar o balanço e contas da administração ; o conselho fiscal para approvação do respectivo parecer.

Art. 30. A mesa da assembléa geral compor-se-ha de um presidente e dous secretarios, que servirão por dous annos, e serão eleitos pela assembléa, em escrutinio secreto, bem como o será tambem um vice-presidente, que substituirá o presidente em seus impedimentos.

Numero unico. Na eleição de presidente cada cedula conterá dous nomes, e será vice-presidente o eleito em segundo logar.

Do mesmo modo, na eleição dos secretarios, cada cedula conterá dous nomes, dos quaes o mais votado será o primeiro secretario e o immediato em votos o segundo. No caso de empate em qualquer destas eleições, a sorte decidirá.

§ 1.º Na falta do vice-presidente, o primeiro secretario, e, no impedimento deste, o segundo assumirá a presidencia da assembléa geral. Si esta substituição tiver logar em sessão, será sómente enquanto se proceder á eleição de um presidente (o que far-se-ha logo, antes de outra qualquer deliberação), o qual, escolhido entre os accionistas presentes, entrará immediatamente em exercicio, e continuará no cargo até terminar o tempo do que faltou, si a falta for motivada por ausencia para fóra do paiz, por morte ou renuncia. Do mesmo modo proceder-se-ha a respeito do vice-presidente.

§ 2.º Na falta de um ou de ambos os secretarios, servirão os immediatos em votos, e, na falta destes, os accionistas que o presidente designar ao assumir a presidencia, ainda que seja provisoria. Estes, porém, servirão sómente na sessão para que houverem sido designados.

§ 3.º Si faltarem todos os membros da mesa e houver numero de accionistas para a sessão, o relator do conselho fiscal assumirá a presidencia da assembléa geral e procederá de accordo com os §§ 1º e 2º deste artigo. Na falta do relator, o presidente será eleito por aclamação.

Art. 31. É da exclusiva competencia da assembléa geral dos accionistas :

Aumentar o capital do Banco ; reformar os seus estatutos ; approvar as contas da administração ; prorogar a sociedade além do prazo estabelecido ou liquidal-a antes deste prazo ; approvar o parecer do conselho fiscal ; eleger este conselho, bem como a direcção ; destituir qualquer dos membros desta ; marcar-lhes os vencimentos ; autorisar outras operações além das mencionadas nestes estatutos ; resolver o estabelecimento de succursaes.

TITULO V

EMIÇÃO DE BILHETES E SUA GARANTIA

Art. 32. Usando o Banco da faculdade de emittir bilhetes á vista e ao portador convertiveis em moeda metallica, reger-se-ha pelas disposições seguintes :

1.^a A emissão será de valores de 10\$, 20\$, 30\$, 50\$, 100\$, 200\$ e 500\$ de estampa especial cada um destes valores, contendo, além da numeração, a designação da serie e estampa ;

2.^a Conterão o nome do Banco emissor e a sua sede ;

3.^a A assignatura de chancellia do thesoureiro da Caixa de Amortização ;

4.^a A assignatura do presidente do Banco ou de um director ;

5.^a Os bilhetes em circulação nunca poderão exceder em valor ao triplo do deposito existente na caixa do Banco em moeda metallica ;

6.^a O Banco obriga-se a pagar à vista em moeda metallica os bilhetes da sua emissão ;

7.^a Não ficam comprehendidos na disposição anterior bilhetes que se formem de pedaços e os que não tenham bem intelligíveis o numero, a serie, a estampa e o nome do mesmo Banco ;

8.^a O Banco sujeitar-se-ha a todas as disposições estabelecidas por lei vigente sobre fiscalisação da emissão ;

9.^a Os portadores dos bilhetes terão privilegio para seu pagamento, com exclusão de quaesquer outros credores, sobre o capital e o activo do Banco. (Decreto n. 10.262 de 6 de julho de 1889.)

TITULO VI

DOS DIVIDENDOS E DO FUNDO DE RESERVA

Art. 33. De seis em seis mezes, isto é, em 30 de junho e 31 de dezembro, o conselho de direcção procederá a um balanço para conhecer os lucros procedentes de transacções effectivamente concluidas dentro do semestre.

Paragrapho unico. Destes lucros, depois de tiradas todas as despesas, deduzir-se-hão, pelo menos, 8 % para fundo de reserva, o qual é destinado a reparar os prejuizos que possam sobrevir.

Art. 34. O que restar de lucros liquidos, feitas as deducções acima estabelecidas, será dividido pelos accionistas proporcionalmente ás suas acções.

TITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 35. O Banco continuará a fazer operações de credito agricola nos termos dos accordos em escripturação especial de 1 de julho de 1889 e 12 de setembro de 1888.

Art. 36. A base metallica para a emissão será a do capital do Banco, deduzido o que estiver effectivamente empregado na secção de credito agricola.

A comissão: *Francisco Rodrigues Monsão Filho*, relator.
— *Dr. Manoel de Assis Souza*. — *Manoel da Silva Alves Pereira*.

